

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (AGENDA 2030)**
3ª Reunião do Plenário

I- Dia, horas e local da reunião

Aos 22 dias do mês de maio do ano de 2024, às 18 horas e 15 minutos foi realizada no auditório da Prefeitura Municipal de Jacareí, sob a presidência de Amanda Alves Ribeiro da Silva, a segunda reunião extraordinária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) biênio 2024-2025.

A palavra foi dada à Amanda Alves, presidente da Comissão, que empossou os seguintes membros:

Raquel Souza Mattana, portadora do RG nº 20.335.927, sendo a titular, representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Trabalho de São Paulo – IFSP

E, em virtude do Ofício nº 202/2024 – CMJ, do Presidente da Câmara Municipal:

Simone Cristina da Silva, portadora do RG nº 20.696.380-4 sendo titular da Câmara Municipal de Jacareí;

II- Membros presentes

Às 18h15 foi realizada verificação dos membros presentes no auditório. Estavam presentes representantes das seguintes entidades do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada:

Poder Público

Amanda Alves Ribeiro da Silva, sendo a titular representante do Gabinete do Prefeito;

Fabiana Aparecida dos Santos, sendo a suplente, representante da Controladoria Unificada do Município;

Natália Karnauchovas, sendo a titular, representante da Secretaria de Governo e Planejamento;

Carolina Xavier, sendo a titular, representante da Comissão Intersetorial de Assuntos Urbanos

Danielli Vilar Lemes, sendo a suplente, representante da Comissão Intersetorial de Assuntos Sociais;

Simone Cristina da Silva, sendo a titular, representante da Câmara Municipal de Jacareí;

Sociedade Civil Organizada

Raquel Souza Mattana, sendo a titular - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, representante de Entidades acadêmicas e de pesquisa;

Maura Cândido dos Santos, sendo a titular – Associação de Produtores Rurais Orgânicos e Agroecológicos de Jacareí, representante das Organizações da Sociedade Civil;

Fernanda de Moraes Alvarenga Scalambriño, sendo a titular - Suinã – Instituto Socioambiental, representante das Organizações da Sociedade Civil;

Mateus de Lima Xavier, sendo o titular – FonteSol Energia LTDA, representante do setor empresarial ou industrial;

Renata Thais Lopes Figueiredo, sendo a titular - Wana Indústria e Comércio de Produtos Químicos LTDA, representante do setor empresarial ou industrial;

Ivan de Almeida Sales de Oliveira, sendo o titular, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Jacareí.

III- Pauta do dia

- Definição das Câmaras Temáticas - CT

IV- Deliberações

Amanda mencionou que Ivan fez uma proposta de divisão das Câmaras Temáticas (CTs) e Danielli informou que a Sanmya também tem uma proposta, que ela irá apresentar.

Amanda informou que suplente e titular representam a entidade, então não seria possível colocar suplente em uma CT e titular em outra.

Natália apresentou uma organização visual das propostas apresentadas pelo Ivan. Danielli mencionou que a Samnya sugere a criação de uma CT de Cidade Saudável e Sustentável com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10 e 11. Amanda comentou que a criação de uma CT envolvendo muitos ODSs pode dificultar o andamento dos trabalhos.

Amanda mencionou que estudou um modelo do Governo Federal e elaborou uma sugestão a partir do modelo do Ivan, reorganizando alguns ODS, mas mantendo a divisão em 3 CTs:

- CT 1: Desenvolvimento social;
- CT 2: Meio ambiente;
- CT 3: Desenvolvimento econômico sustentável.

Ivan mencionou a importância de municipalizar as metas, pois elas são globais e podem não atender plenamente a realidade do Município. Poderíamos, por exemplo, fazer analogia ao ODS 14 (vida na água) para contemplar mais a vida na água doce do que a vida marinha. Amanda ressaltou que em certo grau é possível, mas é importante manter um certo padrão com as metas já definidas pela ONU e pelo Governo Federal.

Fabiana mencionou que é importante entendermos que o Município não é responsável direto por atingir todas as metas dos ODS.

Fernanda questionou se o Município presta contas do atingimento dos ODS para o Governo Federal e outros órgãos, Amanda explicou que sim: o Tribunal de Contas

é o órgão que exige esta prestação de contas do Município. Fabiana explicou que o Tribunal e Contas exige os ODS vinculados ao planejamento orçamentário e que há uma tendência do Tribunal começar a utilizar os ODS de outras formas também, por isso o Município já está buscando se atualizar e melhorar as práticas relacionadas aos ODS.

Amanda apresentou seu agrupamento dos ODS nas 3 CTs, configurando a proposta 3 de divisão das Câmaras Temáticas (vide imagens abaixo ilustrando a divisão dos ODS e das CTs). Danielli não concorda com o ODS 10 estar em desenvolvimento social, pois as metas do ODS 10 são mais relativas ao desenvolvimento econômico do que ao desenvolvimento social.

Mateus mencionou que o ODS 7 se enquadra melhor na CT3 (desenvolvimento econômico sustentável) e que o ODS 16 se enquadra melhor na CT 1 (desenvolvimento social). Ele mencionou também que para ele faz sentido o ODS 11 estar na CT3 e que o ODS 11 e o ODS 7 deveriam estar na mesma CT.

Amanda ressaltou a importância dos ODS de cada CT terem interfaces de trabalho correlacionadas. Ivan mencionou que não tem problema realizar ação de um ODS de uma CT que contribua também para outra CT.

Foi votado entre os presentes a alocação da ODS 11 e a maioria optou por aloca-la na CT3.

Concordou-se em realocar o ODS 7 para a CT3 e o ODS 16 para a CT 1.

Acordou-se que a proposta 3, elaborada durante a reunião, será a adotada para divisão das CTs e dos ODS.

Seguem abaixo as três propostas para divisão das Câmaras Temáticas:



Proposta 1 de divisão das Câmaras Temáticas.



Proposta 2 de divisão das Câmaras Temáticas.



Proposta 3 de divisão das Câmaras Temáticas.

Sobre a divisão dos membros do Comitê nas 3 CTs Natália ressaltou a importância de definir uma estratégia para a divisão dos membros, dando atenção às áreas afins de cada ODS. Amanda sugeriu uma divisão numérica.

Antes de iniciar a divisão da Comissão nas CTs, discutiu-se a forma de funcionamento das CTs a partir de 12 questões iniciais:

- 1) A participação tanto dos titulares quanto dos suplentes é obrigatória em sua respectiva CT?

Deliberação: A participação na CT será por entidade, ou seja, suplente e titular estarão na mesma CT. Esta proposta foi adotada por 9 pessoas dentre as 12 presentes.

- 2) Nas CTs o suplente tem poder de voto?

Deliberação: Suplente só terá poder de voto na ausência do titular.

- 3) Será permitido que as CTs tenham membros fixos (que são os integrantes do Comitê) e membros convidados?

Deliberação: As CTs poderão ter membros convidados.

- 4) Os membros convidados devem ser nomeados por portaria ou o convite fica “livre”?

Deliberação: O convite ficará livre, por demanda da pauta de cada reunião, de acordo com o seguinte fluxo: a pessoa coordenadora solicitará à presidente da Comissão o convite para pessoa externa à Comissão participar da reunião. A presidente da Comissão fará o convite via ofício.

- 5) Os convidados, se formalizados por portaria, também terão titular e suplente (para substituir o titular só em sua ausência)?

Deliberação: Não precisa de titular e suplente, o convite será livre.

- 6) Os membros convidados terão direito à voto na CT? Ou seja, todos os membros da Câmara Temática terão os mesmos direitos e deveres?

Deliberação: Os membros externos serão colaboradores para subsidiar os trabalhos, não terão direito a voto.

- 7) As reuniões das CTs também serão abertas ao público ou apenas as reuniões do Comitê?

Deliberação: As CTs terão reuniões abertas ao público, conforme definido no Regimento Interno da Comissão.

- 8) Se as reuniões das CTs forem abertas ao público, quem será responsável pela convocação?

Deliberação: A pessoa coordenadora de cada CT solicita à presidente da Comissão a divulgação da reunião. Uma possibilidade futura (a discutir) é envolver a Câmara e TV Câmara na divulgação das reuniões.

- 9) As CTs terão coordenação e secretaria?

Deliberação: Terá coordenação, podendo o coordenador designar um secretário entre os membros da CT, nos termos do artigo 28, parágrafo único do Regimento Interno.

10) Qual será a periodicidade das reuniões das CTs?

Deliberação: As reuniões das CTs serão mensais e no mês que houver reunião do Comissão não haverá reunião das CTs.

11) Cada CT pode decidir quando e onde será sua reunião?

Deliberação: Sim.

12) Precisa atender um quórum mínimo para ocorrer a reunião da CT?

Deliberação: A reunião ocorrerá com um mínimo de 2 pessoas participando.

As resoluções acima serão formalmente redigidas em forma de ato normativo, que será assinado por todos.

Após as resoluções acima, foram divididas as entidades para cada CT prezando pela paridade entre poder público e sociedade civil e acordou-se que a figura da presidência não terá participação fixa em uma CT. Foi convencionada a seguinte divisão:

CT 1 – Desenvolvimento social:

Pelo Poder Público: Controladoria Unificada do Município, Comissão Intersetorial de Assuntos Sociais;

Pela sociedade civil: Associação de Produtores Rurais Orgânicos e Agroecológicos de Jacareí, OAB de Jacareí e Anhanguera de Jacareí.

CT 2 – Meio ambiente:

Pelo Poder Público: Comissão Intersetorial de Assuntos Urbanos, Câmara Municipal de Jacareí;

Pela sociedade civil: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Trabalho de São Paulo, Suinã Instituto Socioambiental;

CT 3 – Desenvolvimento econômico sustentável:

Pelo Poder Público: Secretaria de Governo e Planejamento, Comissão Intersetorial de Assuntos Administrativos;

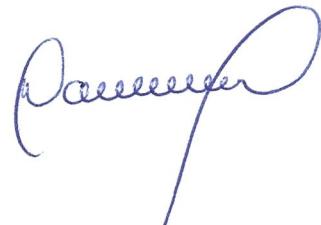
Pela sociedade civil: FonteSol Energia LTDA, Wana Indústria e Comércio de Produtos Químicos LTDA.

Respeitando o cronograma aprovado na 1^a reunião da Comissão, ficou decidido que as CTs se reunirão nos próximos dias e, na próxima reunião ordinária, que ocorrerá em 25/06, será apresentada a pessoa coordenadora da CT (definida pelas pessoas integrantes da CT) e o cronograma da CT. Na reunião ordinária de 25/06 será elaborada a instrução normativa definindo o funcionamento e a composição das CTs.

Nos próximos dias, a presidente da Comissão criará grupos de Whatsapp de cada CT para que, internamente, possam definir quando serão as reuniões e quem será a pessoa coordenadora.

Nada mais a relatar, as dezenove horas e cinquenta e um minutos a presidente Amanda Alves Ribeiro da Silva encerrou a reunião e eu, Natália Karnauchovas, registrei a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

Jacareí, 22 de maio de 2024.



Natália Karnauchovas



Simone